

# SérieAnis

Bioética • Ética • Feminismo • Gênero • Direitos Humanos • Justiça • Desenvolvimento Social

## A CIRURGIA DE MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA

Debora Diniz<sup>1</sup>

### Parte I

A cirurgia genital feminina, comumente referida como circuncisão feminina, vem sendo alvo de enormes e intensas controvérsias desde os finais dos anos 70. É possível encontrar mulheres mutiladas em inúmeros países ao redor do mundo: Sudão, Somália, Etiópia, Egito, Sri Lanka, Inglaterra, França, Estados Unidos e, até mesmo, alguns relatos históricos e documentais apontam para a existência da prática no nordeste brasileiro. Apesar desta grande difusão geográfica do ritual, a prática é mais difundida entre os países do norte e sudeste africano. Mas, além deste uso ritual da prática de mutilação genital, países como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra fizeram uso da técnica de mutilação genital feminina como forma de controle e cura para certos distúrbios psiquiátricos, tais como a histeria, a depressão ou mesmo para casos de mulheres que se masturbavam. No entanto, com a virada do século e a difusão de princípios mais humanitários para o tratamento das desordens consideradas psíquicas, o centro das atenções para a cirurgia de mutilação genital passou a ser os países que a praticam por razões culturais. Foi assim que, durante um longo período, uma série de pesquisadores e ativistas culturais estiveram empenhados em justificar o ritual da mutilação genital feminina tendo por base as crenças culturais e religiosas dos grupos que as executavam.

Nesta cruzada culturalista de defesa do ritual, a conclusão alcançada foi a de que não existiam correlações religiosas com o ritual. Apesar de a prática ser mais difundida entre grupos de filiação islâmica, é possível encontrar mulheres mutiladas entre cristãos, hindus, bem como entre adeptas de seitas religiosas africanas. Para todas estas mulheres, cultural e religiosamente distintas, a justificativa moral para a mutilação baseia-se nos padrões sociais de higiene feminina, onde a extração da vulva é um pré-requisito para o matrimônio, por exemplo, ou ainda sobre a estética genital das mulheres, já que a genitália feminina intacta é considerada uma anomalia. No entanto, dentre todas estas justificativas de ordem "higiênica", ou mesmo, do ponto de vista das culturas, explicações de ordem médica, a principal função do ritual de mutilação genital feminina e a subsequente infibulação a que algumas mulheres são submetidas é o controle sobre a sexualidade e o corpo das mulheres.

Basicamente são três os tipos de cirurgia de mutilação genital. A primeira delas, a clitoridectomia ou *sunna* consiste na remoção do prepúcio do clitóris ou mesmo na remoção completa do clitóris; a segunda, além de remover o prepúcio, extrai também o clitóris, os lábios menores, permitindo que os lábios maiores fiquem intactos e, por fim, a terceira cirurgia, conhecida por circuncisão faraônica ou infibulação, consiste na remoção do prepúcio, do clitóris, dos lábios

menores e maiores, e na sutura dos dois lados da vulva, deixando uma pequena abertura para a passagem da urina, do sangue menstrual, sendo que será por esta abertura que se realizará o coito. A mais radical das cirurgias, a faraônica, recebeu este nome pela constatação de métodos semelhantes de circuncisão entre as múmias femininas do Antigo Egito.

Mesmo estes ritos africanos sendo socialmente previstos, como a execução é feita privadamente, somente na presença de mulheres da mesma família, não existem números exatos sobre a quantidade de meninas que são submetidas a cada tipo de cirurgia anualmente. Cálculos aproximados feitos em países como Serra Leoa, por exemplo, indicam que 39.03% das mulheres foram submetidas à cirurgia do primeiro tipo, ao passo que 59.85% do tipo dois e, finalmente, 1.12% do tipo três. No entanto, em países como a Somália, a prevalência da cirurgia do tipo três, a faraônica, chega a atingir 80% das mulheres.

A idade de iniciação ritual varia desde os primeiros meses após o nascimento da menina até o início da puberdade. A precocidade etária do ritual fez com que uma série de movimentos sociais ativistas em defesa dos direitos humanos considerassem que a prática deveria ser vista como um atentado à integridade das crianças ou ainda uma forma explícita de violência infantil. Regra geral, a cirurgia é executada sem nenhuma forma de controle da higiene ou mesmo com uso de anestesia. Grande parte das mulheres, hoje, circuncidadas, submeteram-se à cirurgia conhecida como "tradicional". O método tradicional de iniciação ritual é conduzido por mulheres especialistas na prática da mutilação. O instrumental utilizado são apetrechos nativos, tais como pedaços de vidro, gelo, pequenos troncos de árvores, folhas e algumas ervas. Não é raro que muitas meninas desenvolvam quadros de infecção sérios após a cirurgia, sendo que algumas delas, além de carregarem importantes danos para a saúde reprodutiva por toda a vida, acabem morrendo.

Uma das saídas apontadas por certos grupos de defesa dos direitos humanos e das mulheres é a proposta de medicalização da cirurgia como sendo um mecanismo imediato que permitiria a diminuição dos riscos envolvidos na prática da mutilação. No entanto, outros grupos contrários à medicalização apontam para o fato de que a institucionalização definitiva da prática poderá implicar em um fortalecimento da crença ritual, fazendo com que um número ainda maior de mulheres submeta-se à cirurgia.

### Parte II

O tema da cirurgia da mutilação genital feminina vem fascinando o Ocidente há alguns séculos, embora somente a partir de meados dos anos 60 tenha ingressado na pauta de uma série de movimentos sociais em defesa dos direitos humanos. Desde então, inúmeros países europeus, como Inglaterra, França, Suécia, Holanda, Bélgica, vêm considerando a prática

# SérieAnis

Bioética • Ética • Feminismo • Gênero • Direitos Humanos • Justiça • Desenvolvimento Social

como um atentado à integridade das mulheres, proibindo a medicalização da cirurgia. Apesar de este não ser um ritual comum nos países europeus, as leis visam coibir as solicitações de mulheres africanas imigrantes que neles residem. Além dessas legislações locais, algumas declarações internacionais também sugerem a proibição da cirurgia, entre elas a Declaração de Viena, que a considera uma "violação dos direitos humanos". Associações médicas internacionais, tais como a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia e a Assembléia Mundial de Saúde (um órgão da Organização Mundial de Saúde), também já se pronunciaram contrariamente à cirurgia, solicitando sua absoluta proibição.

Mas o fato é que o tema não é tão facilmente mediado. Não bastam legislações ou acordos internacionais para derrubar valores arraigados aos corpos e aos espíritos de milhões de mulheres e homens espalhados pelo mundo (somente para se ter uma idéia da dimensão cultural, estima-se que vinte e seis países no mundo pratiquem a cirurgia). O que há por trás do ritual de mutilação genital feminina é uma série de pressupostos culturais que justificam, em termos também culturais, a legitimidade da prática. Somente para povos que não mutilam a genitália de suas mulheres é que a cirurgia é vista como um "atentado aos direitos humanos das mulheres". Uma mulher etíope mutilada, seguramente, não se referiria à ausência de sua genitália como resultado de um ato de violência. Uma descrição sobre o seu corpo faria uso de adjetivos mais dignos, que os de violência ou abuso infantil. Ela provavelmente diria que foi a cirurgia foi o instrumento que a permitiu casar-se, ter filhos, enfim, transformar-se socialmente em uma mulher, pois, caso ela não fosse mutilada, estas seriam etapas da vida social que lhe seriam impossíveis de serem conquistadas. Na verdade, quase nenhum homem etíope normal teria prazer com um corpo não-circuncidado de uma mulher. Assim, neste contexto cultural rigoroso de controle sobre o corpo e a sexualidade feminina, a cirurgia tornou-se o sinônimo da feminidade, o único caminho para a realização social como mulher.

Toda essa lógica cultural, no entanto, não significa que as culturas devam ser entidades sagradas e intocáveis. Assim como é importante a diversidade cultural para a sobrevivência da humanidade, também é de fundamental importância que encontremos um mecanismo, ainda a espera de serem melhor definidos, que nos permita julgá-la. O fato de povos acreditarem em valores diferentes dos nossos não imediatamente exige que devamos ser tolerantes às suas crenças. Definitivamente, é preciso um limite para a tolerância. A ideologia nazista é bom contra-exemplo de como é necessário o julgamento da diversidade. Sem sombra dúvida, a conquista pela soberania cultural de cada povo foi uma das mais importantes contribuições deixadas pela Antropologia no pensamento social. Mas, diferente dos antropólogos clássicos que associavam diversidade cultural à exigência da tolerância, casos como os da cirurgia de mutilação

genital feminina ou do nazismo, nos obrigam a refletir sobre essa exigência universal e incondicional da tolerância. Não é tudo que podemos, tampouco devemos, aceitar como legítimo.

Ou seja, colocar em julgamento a cirurgia de mutilação implica que estamos dispostos a discutir e, até mesmo, a julgar práticas e crenças culturais de outros povos, assim como estamos preparados para que outros julguem também as nossas crenças. Significa que estaremos abrindo um caminho inverso ao que foi duramente conquistado pelo mundo pós-colonizado: o da dignidade cultural de todas as crenças. O ritual de mutilação feminina aponta para a urgência deste debate. Definitivamente, é preciso que tenhamos a coragem de reconhecer que nem todas as crenças culturais devam ter o mesmo grau de respeito. Mas a pergunta incômoda que fica é: *qual deve ser o limite do tolerável? E, o mais importante: quem o decide?*

## Parte III

*Alice Walker é uma feminista afro-americana que ficou famosa nos círculos literários internacionais pela publicação dos primeiros romances sobre a mutilação genital feminina. Muitos críticos literários a consideram uma das principais precursoras da ocidentalização do debate. O tema foi inicialmente romaneado no livro "A Cor Púrpura", publicado em 1982, e cinematizado por Steven Spielberg logo em seguida. Mas foi com a publicação de "Possuindo o Segredo da Alegria" (ainda sem tradução para a língua portuguesa) que o debate sobre a cirurgia de mutilação genital saiu dos centros acadêmicos e de ativismo político e social para as conversas cotidianas. Com este último livro, em 1992, Walker conseguiu a proeza de transformar a mutilação genital de mulheres africanas um problema não apenas de mulheres etíopes, srilankesas ou egípcias, mas de todas as mulheres e homens sensíveis às estruturas morais de opressão estabelecidas pelas culturas. Sem sombra de dúvida, não é possível ler o romance e ficar insensível à crueldade de certos valores culturais, sendo a mutilação genital um ícone deste quadro opressivo.*

O romance de Walker se passa em uma comunidade imaginária da África Setentrional, os Olinkas, uma região endêmica da cirurgia de mutilação genital. O enredo tem como fio-da-meada a infeliz biografia da personagem principal, Tashi, que também esteve presente no livro "A Cor Púrpura". O início do livro narra a chegada de missionários protestantes à aldeia de Tashi. Esta cena inicial é de fundamental importância para a compreensão da história, pois aponta para um enigma que somente ao final do romance o leitor poderá compreender. Ao contrário de toda a aldeia que se encontrava em festa pela chegada dos missionários, Tashi e sua mãe, Nafa, estavam profundamente abatidas. As duas mulheres viviam o luto pela morte de Dura, a única irmã de Tashi. Para o leitor, a razão da morte de Dura permanece desconhecida até quase as últimas

# SérieAnis

**Bioética • Ética • Feminismo • Gênero • Direitos Humanos • Justiça • Desenvolvimento Social**

páginas do livro. O fato é que a morte da primeira filha fez com que Nafa decidisse preservar Tashi da cerimônia de iniciação ritual, não permitindo que a mutilassem. Definitivamente, esta era uma opção impensável para a estrutura social a que estas mulheres estavam inseridas.

Mas, em nome desta infração da mãe, um ato seguramente imoral para os padrões valorativos da sociedade Olinka, Tashi não encontra outra saída senão se casar com um estrangeiro, o único homem capaz de aceitar seu corpo não-iniciado. Tashi casa-se, então, com o filho do missionário protestante de sua aldeia e vai com ele morar nos Estados Unidos. A distância geográfica e social de seu povo a permitia sobreviver na imoralidade do corpo não-mutilado. Na verdade, a integridade genital era a condição para a normalidade e a moralidade em sua nova pátria. Tashi foi capaz de viver alguns anos felizes com o marido, até o dia em que seu povo decidiu proclamar a liberdade colonial. Mais tardiamente que os povos vizinhos, os Olinkas engajaram-se no movimento pela independência dos estados africanos. Ouviam-se histórias de massacres, de abandono de aldeias, de dissolução do grupo. Este sentimento de perda das origens provocou em Tashi um vazio quanto à sua identidade cultural, um deslocamento afetivo de seu povo como nunca antes havia sentido. Tashi passou a se sentir uma cidadã sem referências, uma imigrante vinda de lugar nenhum.

Dominada por este sentimento confuso sobre sua nacionalidade, Tashi resolveu fugir e alistar-se nos campos de refugiados dos Olinkas. Sua decisão era fazer parte do exército de libertação de seu povo. No entanto, para os Olinkas, Tashi era uma figura confusa ou mesmo inesperada: uma mulher casada com um estrangeiro e não-mutilada. A desconfiança em relação a ela era enorme. Definitivamente, Tashi não era uma mulher Olinka. Era um híbrido de mulher. Em nome disso, Tashi resolveu submeter-se, mesmo que tardiamente, à cirurgia de mutilação genital. Para ela, este seria o "selo" definitivo da cultura Olinka em seu corpo. De posse desta marca cultural, ela não seria mais alvo de desconfiança ou repúdio, podendo ser aceita como uma mulher comum. Com a mutilação, Tashi não era mais uma mulher imoral; devolveram-lhe a dignidade da moralidade. Mas se a cirurgia de mutilação genital já apresenta sérios riscos à saúde e à integridade física das meninas, mesmo quando executadas em tempos de paz, a cirurgia de Tashi nos campos de guerra deixou graves seqüelas no seu corpo. Foi exatamente neste período de convalescência pós-cirúrgica que seu marido a encontrou.

De volta aos Estados Unidos, Tashi, já recomposta, engravida. E é exatamente a gravidez de Tashi o que inicia o segundo momento narrativo do livro: a nova imoralidade de Tashi, isto é, ser uma mulher não-mutilada para os Olinkas era um fato tão inesperado quanto ser uma mulher mutilada para nos Estados Unidos. Tashi tornou-se uma peça alegórica nos hospitais e clínicas onde passava. Seu corpo era objeto de análises e estudos. Sem esperar, Tashi retorna ao

espaço solitário da imoralidade, da anormalidade da diferença. Sua moralidade Olinka é algo inesperado e repudiado pelos estadunidenses. Um corpo mutilado como o seu deveria ser escondido, banido ou, se possível, recomposto. Ora, esta passagem da imoralidade para a moralidade Olinka e desta para a imoralidade estadunidense foi mais forte do que Tashi poderia suportar. Apesar dos esforços no sentido de devolver-lhe a dignidade, a narrativa final de Walker apresenta Tashi como uma personagem louca. E a loucura de Tashi é exatamente a absoluta falta de perspectiva para julgar os padrões de certo e errado, da moralidade ou da imoralidade. A liberdade insana de Tashi a tornou uma figura sem referências no mundo cultural: uma estranha para os Olinkas, uma escrava para os estadunidenses. Uma mulher sem amparo cultural. Mas definitivamente uma mulher livre.

A história de Tashi, e para isso pouco importa os limites da narrativa ficcional de Walker, tem a propriedade de desnudar os limites da crítica cultural. Sim, ao mesmo tempo que é preciso e urgente a crítica moral, a pergunta que permanece é como deve ser conduzido este processo, para que se consiga evitar o abandono dos indivíduos à liberdade da loucura. Libertar os indivíduos das amarras opressivas de cada código moral não é o mesmo que torná-los insanos. A dúvida moral é um processo saudável e necessário, mas para que possa ser levado adiante é preciso que estejamos aptos a viver em um mundo recheado de imorais livres e não de indivíduos moralizados e vítimas de códigos culturais opressivos. Tashi é um exemplo radical de submissão aos códigos morais: sua mãe a confinou à imoralidade Olinka, seu casamento à moralidade estadunidense, a guerra à moralidade Olinka, sua gravidez à imoralidade estadunidense. Não houve outra saída senão a loucura. Mas, infelizmente, como diz o dito popular, "não é louco quem quer". Tashi foi vítima da loucura.

<sup>1</sup> Antropóloga, Diretora da organização não-governamental ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. <d.diniz@anis.org.br>

\*Este artigo foi publicado originalmente no Jornal da Comunidade:

**Jornal da Comunidade.** 31/10/1999.

**Bibliotecária Responsável:**  
Kátia Soares Braga (CRB/DF 1522)

**Jornalista Responsável:**  
Fabiana Paranhos (DRT/DF 2496)

**Tiragem:**  
50 exemplares

**Serviço Editorial:**  
Editora LetrasLivres  
Caixa Postal 8011  
CEP 70.673-970  
Brasília-DF Brasil  
+55 61 343 1731  
letraslivres@anis.org.br